

pacto suposto pelo narrador Brás Cubas. Trata-se de livro *antilivro*, escrito por um morto que revive, especializado em vida (mas vida morta, improdutiva). De fato, o estudo de Valentim comporta três roteiros de leitura: a referencial (que dá conta do contexto histórico e social brasileiro, à época de Machado e do tempo da narrativa: 1805-69); a crítico-teórica (que se concentra na inovação formal aportada pelo romance) e a impressionista (dado o tom marcadamente subjetivo que o próprio Facioli deixa transparecer na “Introdução” e em “À guisa de fecho”).

Não se trata, exclusivamente, de um mero apanhado das contribuições mais relevantes sobre as *Memórias póstumas de Brás Cubas*, mesmo porque, em meio às didáticas explicações sobre conceitos-chave, propostos pela crítica, Valentim inclui as suas próprias impressões e juízos de leitura.

De certo modo, o estudo responde a uma demanda de cunho pessoal (do próprio ensaísta), sem perder de vista a contribuição da chamada academia. Êxito duplo para o crítico e proveito do leitor: enfrentar outra vez os vários ângulos de leitura proporcionados pelo romance. Serve também como desprezioso mas seguro guia de leitura — não destinado apenas aos iniciantes no quesito “Machado”, apesar da reafirmada modéstia com que Valentim Facioli abre e fecha seu livro.

Jean Pierre Chauvin é doutorando em Teoria Literária e Literatura Comparada na Universidade de São Paulo, autor de *O Alienista: a teoria dos contrastes em Machado de Assis* [Reis Editorial, 2005].

A FORMAÇÃO DO NOME. DUAS INTERROGAÇÕES SOBRE MACHADO DE ASSIS.

Abel Barros Baptista. [São Paulo: Editora UNICAMP, 2003, 276 P.]

AUTOBIBLIOGRAFIAS. SOLICITAÇÃO DO LIVRO NA FICÇÃO DE MACHADO DE ASSIS.

Abel Barros Baptista. [São Paulo: Editora UNICAMP, 2003, 608 P.]

Com dois livros escritos sobre Machado de Assis (*A formação do nome — Duas interrogações sobre Machado de Assis* e *Autobiografias — Solicitação do livro na ficção de Machado de Assis*, ambos publicados em 2003 pela Editora da Unicamp), Abel Barros Baptista constrói um lugar singular na biblioteca da crítica machadiana. Seus extensos e rigorosos trabalhos criam um território crítico-geográfico próprio, que proporciona a liberdade necessária para se avançar na renovação da prática de leitura dos romances pertencentes à chamada segunda fase da produção ficcional do mais célebre romancista brasileiro dos oitocentos.¹ Situado num contexto em que “os estudos brasileiros ocupam lugar modestíssimo”,² o projeto crítico do professor de Literatura Brasileira da Universidade Nova de Lisboa tira partido da não-familiaridade do nome Machado de Assis no campo dos estudos literários de seu país, condição prévia para assegurar à obra do autor brasileiro identidade especial no acervo de literatura estrangeira em Portugal. Abre-se, em decorrência deste estatuto de exílio, uma vertente de acesso ao texto machadiano que foge deliberadamente dos caminhos previstos nos mapas desenhados pela tradição de estudiosos brasileiros e pela linhagem de pesquisadores estrangeiros do escritor.

Trata-se de um programa de estudos de longo curso

com base teórica definida através da filiação aos escritos de Jacques Derrida, que fornecem os conceitos fundamentais da análise empreendida nas páginas dos dois livros em pauta. No prefácio do primeiro livro, *A formação do nome — Duas interrogações sobre Machado de Assis*, anuncia-se que as *Memórias póstumas de Brás Cubas* “exigem uma teoria do nome e da assinatura”, categoria que, na concepção derridiana, tanto aponta para a idéia de origem, paternidade e responsabilidade quanto para um momento de despedida, quando autor e obra se separam irremediavelmente para que vingue apenas o nome, encerrando simultaneamente a morte e a sobrevivência do autor. A leitura de *Memórias póstumas*, empreendida neste primeiro trabalho, permite ao crítico afirmar que Machado de Assis fez do recurso ao autor suposto ou autor ficcional um traço distintivo de sua assinatura. A prática do suposto autor, que se estende a outros romances, aponta para “uma rede diferencial de assinaturas siamesas, a um tempo diferidas e simultâneas, discerníveis e inseparáveis — Machado e Brás Cubas, Machado e Dom Casmurro, Machado e conselheiro Aires —, em que o nome Machado é ao mesmo tempo o nome antes de outros nomes e um nome entre outros: autor de autores e autor entre autores”.³

Em um dos escritos de Abel Barros Baptista, fruto de sua contínua atividade de colaboração em periódicos, encontramos uma deliciosa revelação sobre o encontro do crítico com a obra do escritor. Assíduo passante da rua Brás Cubas, nas Antas, na cidade do Porto, tem seu olhar atraído pelas *Memórias póstumas de Brás Cubas*, expostas na vitrine da Livraria Bertrand, e resolve adquiri-las. No correr da leitura, descobre-se em meio a uma intrigante história de nomes apropriados,

repetidos, fraudados. O episódio, que entrelaça “um episódio da vida com um distintivo do livro”, será retomado, anos mais tarde, como ponto de partida para sucessivas leituras de livros de Machado de Assis, que decifram a charada inicial: “Dir-se-ia que, um dia, precisei escrever trezentas páginas para perceber por que comprei aquele livro em 1973: a confusão homonímica não era senão o apelo do nome para se libertar da confusão homonímica”.⁴

Nas trezentas páginas aludidas, põe-se em marcha uma orientação de leitura, baseada na descrição apurada de processos intratextuais que inscrevem o nome de Machado na modernidade literária, fazendo sua literatura desprender-se das determinações ou estratégias nacionalistas. O propósito é “estudar a forma como se relacionou com seu nome e a sua assinatura enquanto nome e assinatura de romancista”, produzindo obras cujo estatuto funda-se, primordialmente, na resistência interna ao mando da lei nacional. A opção é para Abel Barros Baptista mais que programática, política. Cria-se um corredor paralelo à tradição crítica brasileira que poderia arejar a recepção da literatura machadiana no ambiente português, onde nunca vicejou a lucidez já prenunciada na posição do escritor quando este pretende “separar a discussão e a reflexão sobre a literatura brasileira da discussão e reflexão sobre a literatura”.⁵

No primeiro dos estudos sobre Machado de Assis, a análise minuciosa do ensaio “Notícia da atual literatura brasileira — Instinto de nacionalidade” distancia o texto seminal da reflexão crítica do autor das exegezes que preferem vê-lo como revisão do projeto nacionalista romântico e fazem vista cega aos negaceios do discurso machadiano em comprometer a literatura com a representação da nação. Longe de perceber o

texto como plataforma político-literária, Abel Barros Baptista concentra-se em explicitar as três recusas que acabariam determinando a poética ficcional do romancista: 1. recusa em transformar o projeto nacional em lei, ou seja, Machado não aceitaria esgotar o sentido da atividade literária nas exigências “autenticamente brasileiras” de um tempo presente “brasileiro”; 2. recusa radical de qualquer outra busca da nacionalidade como razão de ser e princípio de construção da literatura brasileira, ou seja, Machado redireciona a destinação da literatura brasileira para fora da distinção entre o nacional e o alheio, voltando-se em direção ao “pecúlio do espírito humano”, expressão de outro ensaio, “A nova geração”, para o qual confluem tanto os haveres dos antigos quanto os dos modernos; 3. recusa de situar e entender a literatura brasileira em ruptura com o passado literário europeu como condição para a fundação de uma tradição homoganeamente brasileira, ou seja, Machado já tomara a liberdade de, tal como Borges, escolher seus precursores tomando uma decisão crítica a partir da qual recolhe “da tradição europeia o que ela própria rejeitou ou rejeita, o que ficou à margem ou se situou contra a corrente dominante”. Está preparado o caminho para se redefinir o crucial conceito machadiano de “sentimento íntimo”, deslocando-o da função de princípio de construção para ser entendido também como princípio de interpretação, afeito, portanto, à esfera da recepção literária. Assim posto, o “sentimento íntimo” apresenta-se no nervo onde se localiza a tensão na qual Machado de Assis inscreve seu nome. De um lado a recusa em confinar-se ao projeto nacional e, de outro, a disponibilidade de assinar o nome Machado como “garantia de compromisso com o projeto nacional”. A ficção de autores

concebida pelo escritor representa, segundo o crítico Abel Barros Baptista, a forma eficaz de superar este paradoxo entre negativa e adesão, lançando “o nome próprio numa errância sem destino determinado”.⁶

Confirmando-se partidário da crença teórica segundo a qual a noção moderna de autor implica suspender qualquer convicção de que aí se abriga a origem e a unidade da obra, o crítico empreende mais um movimento de questionamento da tradição crítica machadiana. Os alvos, neste caso, são os expoentes da geração de intelectuais que, nos anos 1930, foram responsáveis por leituras fundamentais na história da recepção da literatura machadiana, entre eles Lúcia Miguel Pereira e Augusto Meyer. Embora reconheça que ali se processou uma mudança na imagem social do escritor e uma nova delimitação de sua estética literária, Abel Barros Baptista credits ao biografismo uma interdição fundamental, que impediu a possibilidade de se pensar a experimentação invulgar da ficção de autores que a literatura machadiana levou adiante. Quando se atribui ao pessimismo uma “garantia de legibilidade” das narrativas machadianas, estabelecendo-lhes um princípio de “unidade e explicação”, fica encoberta a diversidade criativa de Machado encenada na ficção de autores que, segundo o ensaísta, “produz e reproduz a distância do autor de si a si mesmo”.⁷ De todo modo, mesmo considerando a fertilidade da vertente crítica derivada dos escritos de Augusto Meyer, que afirmam a importuna máscara de Brás Cubas sobre o rosto de Machado de Assis, o pesquisador defende a necessidade de ultrapassar a necessidade de “saber que(m) falamos quando falamos de Machado de Assis, para se deixar conduzir pela indecisão ou incerteza” de que existe uma resposta satisfatória para esta pergunta.

As análises de *Memórias póstumas de Brás Cubas* e de outros romances seguirão, portanto, o pressuposto da

desvinculação entre face e máscara, transitando para o entendimento da fabricação da autonomia do suposto autor, inteiramente derivada da singularidade de experiência posta em cena no romance, e “responsável por transportar a figura do autor para dentro da ficção sem o retirar totalmente do exterior da ficção”.⁸ Desatrela-se o suposto autor da figura do narrador para se descrever no conjunto do trabalho ficcional machadiano o intrincado processo de atribuição de assinatura referido, inicialmente, nos romances *Esau e Jacó* e *Memorial de Aires*.

Para Abel Barros Baptista há uma inteligência excepcional no ato performativo da assinatura tal como concebido por Machado de Assis, quando se percebe que a busca de traços de Aires-personagem em Aires-autor é uma tarefa problemática, mesmo insuperável, que deverá apenas ser resolvida no “exterior da ficção” onde se instala o nome que já aparecera antes da ficção, o nome de Machado de Assis. Trata-se, portanto, de buscar a demarcação de fronteiras ficcionais e de deixar de lado o estabelecimento da verossimilhança do discurso romanesco. O que fica, de vez, abalado no amplo jogo de autores desencadeado nos romances é a estabilidade do autor efetivo, motivo predominante, como aponta o pesquisador, em ampla parcela da bibliografia crítica sobre Machado de Assis que se dedica a estudar o pessimismo como princípio de estabilidade e homogeneidade da obra.

A proposta de redirecionar o interesse crítico da obra de Machado de Assis, até então enunciada, encontra sua aplicação em modelar análise de *Memórias póstumas de Brás Cubas*. Descreve-se a “política machadiana do suposto autor”⁹ conformada, entre outros aspectos, pela denúncia interna da vocação alegórica do romance, considerada uma pista falsa quando é utilizada apenas

por aqueles leitores que procuram avançar sobre a recusa da narrativa romanesca em apresentar-se enquanto totalidade unificada, preferindo o modo disperso, fragmentado, dividido. Chega-se também à plena vigência do suposto autor pela desmontagem da autoridade do autobiógrafo que, propositadamente, situa a narrativa numa faixa de indecisão entre memória e ficção.

A remissão a um projeto autobiográfico do suposto autor implica o recorte do episódio do emplastro e a sua releitura cuidadosa, de modo a ultrapassar a visada estabelecida por Roberto Schwarz no sentido de pensar a sede de nomeada como motor da volubilidade do narrador, forma retórica que se desprende de práticas estabelecidas na sociedade brasileira. Diferentemente, sobressai na análise de Abel Barros Baptista a observação do tópico da sobrevivência do nome e do desaparecimento do portador do nome que o amor de nomeada comporta. Há no romance, segundo o crítico, um drama do nome, desde o projeto genealógico do pai de Brás Cubas, que falsifica a origem da família, e a “impossibilidade tanto de o prosseguir quanto de o recusar” Desta dupla impossibilidade surgiria “o desejo de ver o seu nome errar fora de si próprio”, uma forma de desviar-se do propósito previsto e sempre fracassado de utilizar-se o nome como alavanca na obtenção de privilégios sociais. Segundo o pesquisador, prepara-se irremediavelmente a migração do nome para assinatura, porque o percurso biográfico de Brás Cubas parece ter sido destinado para se construir no momento autobiográfico, só podendo, entretanto, pretender o “estranho lugar em que o nome não pode permanecer fixo — a assinatura de um texto”. A escolha do conceito de assinatura dirige-se, propositadamente, para o que Derrida denomina terceiro nível, em que não se

trata de designar um ato puramente consciente de um indivíduo, mas a possibilidade da própria escrita assinar-se, implicando a afirmação da alteridade (heterós) a partir do mesmo (autós).¹⁰

Aqui vai-se fechando o percurso analítico sobre o romance. A leitura da metáfora da “errata pensante” ao privilegiar a idéia de errância, distancia o texto das memórias de valores como veracidade e autenticidade, encaminhando a figuração do nome Brás Cubas ao domínio do aleatório, portanto submetido a “uma desfiguração irrecuperável” Sem ter sua vida igualada ao valor da experiência, tal como a comunicada pelo narrador benjaminiano, o memorialista Brás Cubas confina-se no território do livro (“a obra em si mesma é tudo”), onde se instala o legado de sua condição de homem moderno. Sem a garantia de um sentido a recuperar ou a construir e, a seguir, transmitir, o livro contém, como obra de defunto autor, a morte em seu poder de plantar a imortalidade.

Ainda será a metáfora da “errata pensante” o elemento nuclear da hipótese segundo a qual de *Memórias póstumas de Dom Casmurro* há, na ficção machadiana, um movimento de rasura permanente disposto a abalar a idéia de livro, já revista por Jacques Derrida como “totalidade natural, profundamente estranha ao sentido de escrita” e “proteção enciclopédica da teologia e do logocentrismo contra a disrupção da escrita, contra a sua energia aforística e [...] contra a diferença em geral”¹¹ O subtítulo do segundo estudo crítico do pesquisador, *Autobiografias*, apresentado como “A solicitação do livro na ficção de Machado de Assis”, faz do conceito derridiano “solicitação” o guia para descrever as inúmeras ocorrências de um tremor, a errata, que é “um suplemento do livro, castiga o livro, mas fá-lo

après coup, quando já é demasiado tarde para corrigir sem deixar marcas da correção e do erro”.¹²

O impulso para selecionar e analisar “os procedimentos de correção de erros ou desvios, o movimento das decisões e das revogações que afetam o livro na linearidade e na totalidade e tendem a localizar-se em capítulos quase exclusivamente autobiográficos”, situa o trabalho do crítico num lugar de interdição violenta a qualquer esforço interpretativo que signifique catar sentido e texto. Desde as primeiras páginas deste segundo estudo dos romances de Machado de Assis, em que se privilegia *Dom Casmurro*, instala-se, como princípio, a recusa em perceber no gênero romance uma forma de comunicação em que vigoram as condições básicas do diálogo: simetria e reciprocidade. Quando o romancista declina da responsabilidade da resposta, regressa-se “inevitavelmente ao próprio veículo e ao reconhecimento do território do veículo, ainda que através de percursos irredutíveis”, que indicam o terreno da autobiografia.

Entende-se, assim, por que Abel Barros Baptista procura delimitar seu lugar entre os admiradores de Machado de Assis através do antagonismo explícito aos críticos que tomam o estudo de Helen Caldwell, *O Otelo brasileiro*, como obra inaugural da moderna interpretação de *Dom Casmurro*, e que partem do princípio de que a atividade principal do leitor é desmontar o logro que lhe prega o autor fictício para, desta forma, construir a possibilidade de se ter acesso às supostas intenções de Machado de Assis. Ao cunhar a denominação “paradigma do pé atrás” (ou da “leitura do desmascaramento, da charada ou da armadilha”) e nela incluir nomes como os de Roberto Schwarz, Silviano Santiago e John Gledson, responsáveis por aprofundar o legado de Caldwell, o pesquisador procura escapar não só à

“linha de leitura que realça a crítica de Machado à sociedade brasileira sua contemporânea”, mas também às páginas que condenam o escritor ao exercício de estratégias de dissimulação desta crítica, apresentando-se como vozes autorizadas a extrair dos livros “uma verdade decidível”.

Tomando distância do paradigma intencionalista, Abel Barros Baptista, estrategicamente, revisita “momentos autobiográficos” dos romances *Esau e Jacó*, atribuindo novo valor à “Filosofia de um par de lunetas”. Esvaziado da função signo da “esperança de decifração de um segredo”, o par de lunetas, mencionado no capítulo XIII do citado romance, seria o instrumento que aponta para dentro da escrita, para se “ver melhor a natureza da sentenciosidade no interior da narrativa e o fenômeno da multiplicação de epígrafes dela decorrente”, funcionando como suplemento esclarecedor, “meio alegórico de deslocar o segredo do enigma para a alegoria”,¹³ desviando o leitor do desafio de encontrar a solução de um enigma e apresentando-lhe, em troca, uma teia de possibilidades de leitura.

A análise de *Dom Casmurro* como “paradigma da ficção do livro na ficção de Machado de Assis” é apresentada nas cem páginas finais de *Autobiografias*, e persegue a hipótese de que há no romance uma distância impossível de anular entre o autor suposto Dom Casmurro e Machado de Assis, porque há uma distância inicial entre Dom Casmurro e seu próprio livro, que o impede de responder por ele. Esta distância assenta-se sobre a impossibilidade de o primeiro livro ser veículo de uma fábula trágica, abrindo caminho para o novo livro *A história dos subúrbios*.

O estudo acompanha o processo através do qual configura-se, desde o início de *Dom Casmurro*, uma ten-

são entre o corpo do livro e o *lugar antes do livro*, de tal modo que “o livro afirma o autor presente, mas não funda nessa presença a autoridade de um programa prévio”.¹⁴ Assim, mais importante do que o livro é a “atividade de o ir escrevendo”. Nesse estado, a assinatura passa a se configurar como impossibilidade e ganha relevo o título, que substitui o nome do autor. O pesquisador lança seu olhar sobre a ficção de Machado de Assis para indicar que, na simulação da presença permanente do autor, enfatiza-se a idéia de que “há um livro que se escreve sozinho, e que a ficção do livro no processo de se escrever mostra a luta do autor com o livro, do autor que escreve com o livro que se escreve”¹⁵ Pontos críticos como a teoria da ópera, a casa como metáfora do arquivo, o panegírico como livro omissos e o meio do livro integram-se ao exame de prefácios, prólogos, preâmbulos, introduções, que constituem, estes sim, o ponto crítico especialmente considerado por Abel Barros Baptista em toda a pesquisa sobre a obra de Machado de Assis.

Ao concluir o estudo sobre *Dom Casmurro*, entre projeto e retrospecto, como também se move a escrita do romance que analisou, o ensaísta assegura-nos que a sua posição crítica, fiel ao glossário derridiano, esteve assentada no propósito de perceber o livro como “edificação e não como edifício”. Seleccionando como foco de análise a solicitação do livro, foi possível perceber a edificação em concomitância com o seu desmoronamento e, coerentemente, aceitar o princípio desconstrucionista, várias vezes citado no estudo, segundo o qual “o acesso à legibilidade de um texto pode manter intacta a ilegibilidade do segredo”¹⁶

Com lugar assegurado na grande biblioteca européia do romance moderno, inaugurada por *Dom Quixote*, de Cervantes, e onde estão, entre outros, títulos de

Fernando Pessoa, Flaubert, Mallarmé, Musil, Borges, Kundera, a obra de Machado de Assis tem, através da ampla investigação contida nos livros de Abel Barros Baptista, o seu patamar de excelência ainda uma vez confirmado, quando, na perspectiva desenvolvida pelo crítico, fica liberta de qualquer aprisionamento na origem nacional ou biográfica de seu autor, para oferecer-se como fascinante escrita do livro em dilacerado processo de autoconstrução.

Maria Helena Werneck é professora da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). Autora do livro *O homem encadernado. A escrita das biografias de Machado de Assis* [EDUERJ, 1996].

Notas

- 1 Os livros de Abel Barros Baptista, mencionados nesta resenha pelas iniciais, são: CA — *Coligação de avulsos*. Ensaios de Crítica Literária. Lisboa: Cotovia, 2005; AFN — *A formação do nome*. Duas interrogações sobre Machado de Assis. São Paulo: Editora Unicamp, 2003; AIB — *A infelicidade pela bibliografia*. Crônicas. Braga, Portugal: Angelus Novus, 2001; A — *Autobiografias*. Solicitação do livro na ficção de Machado de Assis. São Paulo: Editora Unicamp, 2003.
- 2 CA, p. 223.
- 3 AFN, p. 14.
- 4 AIB, p. 20.
- 5 AFN, p. 63.
- 6 AFN, p. 111.
- 7 AFN, p. 123.
- 8 AFN, p. 139.
- 9 AFN, p. 166.
- 10 NASCIMENTO, Evando. *Derrida e a literatura*. "Notas" de Literatura e Filosofia nos textos da desconstrução. Niterói: EdUFF, 1999, p. 306.

11 Apud A, p. 45.

12 A, p. 104.

13 A, p. 420.

14 A, p. 460.

15 A, p. 468.

16 A, p. 498.

THE POSTHUMOUS MEMOIRS OF BRÁS CUBAS.

Machado de Assis. Trad. Gregory Rabassa.

[Nova York: Oxford University Press, 1999, 240 P.]

QUINCAS BORBA.

Machado de Assis. Trad. Gregory Rabassa.

[Nova York: Oxford University Press, 1999, 316 P.]

DOM CASMURRO.

Machado de Assis. Trad. John Gledson.

[Nova York: Oxford University Press, 1999, 286 P.]

ESAU AND JACOB.

Machado de Assis. Trad. Elizabeth Lowe.

[Nova York: Oxford University Press, 2000, 304 P.]

A MASTER ON THE PERIPHERY OF CAPITALISM: JOAQUIM MARIA MACHADO DE ASSIS.

Roberto Schwarz. Trad. e Introd. John Gledson.

[Durham: Duke University Press, 2001, 232 P.]

MACHADO DE ASSIS: REFLECTIONS ON A BRAZILIAN MASTER WRITER.

Richard Graham (Org.)

[Austin: University of Texas Press, 1999, 144 P.]